

APRESENTAÇÃO

PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA NO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

O Mestrado Profissional, na área do Direito, tem uma pequena caminhada temporal, mas com passos firmes na sua consolidação, no sentido de abrir um novo espaço para a pesquisa jurídico-científica. O Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da Unisinos sente-se honrado por participar dessa jornada e comemora, com esta edição da Revista de Direito da Empresa e dos Negócios, o seu segundo ano de publicações. Ainda se tem um longo caminho pela frente, especialmente para atender aos requisitos para o ingresso no QUALIS/CAPES. Neste momento, o seu principal objetivo é representar um espaço para a divulgação dos primeiros ensaios de pesquisa empírica na área do Direito da Empresa e do Direito dos Negócios. Se busca representar um *locus* para gerar o impacto dessas pesquisas, que ainda são incipientes no Direito nacional.

No segundo volume de 2018, se destacam as seguintes contribuições:

O artigo de autoria de Aliane Aparecida Soares Bica e Leonardo da Rocha de Souza discute a inserção da sustentabilidade nas compras realizadas pela Administração Pública, a fim de inserir a proteção ambiental como uma perspectiva de todas as partes envolvidas, a partir das alterações trazidas pela Lei nº 12.349/10 para a redação contida na Lei nº 8.666/93, no tocante às normas gerais da licitação.

Cauê Martins Simon e Luciane Klein Vieira assinam o artigo que aborda um estudo comparado entre o Sistema Jurídico da *Civil Law* e o Sistema Jurídico da *Common Law* no tocante à perícia prévia contábil nos casos de recuperação judicial da empresa. A partir da comparação, os autores propõem mecanismos para dinamizar o instituto no Brasil.

Na sequência se poderá ler o artigo de autoria de Álisson José Maia Melo, que estuda o cheque no cenário dos títulos de crédito no Brasil, enfocando a discussão jurisprudencial e doutrinária sobre o momento da incidência da correção monetária. Para tanto, o artigo se propõe a trazer novos argumentos para a divergência de entendimentos quanto ao momento da incidência da correção monetária na cobrança do cheque, especialmente nos casos em que o cheque é apresentado tempestivamente, porém não há fundos suficientes.

A criminalização da inadimplência tributária, a partir da análise ao *leading case Habeas Corpus* nº 399.109, do Superior Tribunal de Justiça, é o tema do artigo assinado por Éderson Garin Porto e Francis Rafael Beck. O artigo aborda a delicada questão jurídica decorrente do inadimplemento tributário, que passa a ter, a partir da citada decisão judicial, a possibilidade de incidência de consequências penais, além dos efeitos monetários decorrentes do descumprimento da data do vencimento.

Na sequência, o leitor encontrará o artigo de autoria de José Luis Mossmann Filho, que aborda o desenho do Federalismo no Brasil, a partir das estruturas apresentadas pela Constituição de 1988. O autor enfatiza a perspectiva tributária, a fim de discutir as características e os efeitos decorrentes da chamada “guerra fiscal” entre os diversos Estados brasileiros.

Os temas abordados neste volume da Revista, evidenciam a riqueza da pesquisa que se realiza no âmbito dos temas do Direito da Empresa e do Direito dos Negócios, na sua vertente do Mestrado Profissional.

Portanto, se deseja uma excelente leitura aos/às leitores/leitoras.

Prof. Dr. Wilson Engelmann,
Editor.

